



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 27 de novembro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO

Frente & Perfil 1
OPINIÃO

JORNAL DO COMMERCIO

Comércio exterior 2
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO

AM define defesa contra unificação 3
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO

Dilma garante vantagens da ZFM 4
POLITICA

A CRITICA

sim & não 5
OPINIÃO

A CRITICA

Comércio Bilateral 6
ECONOMIA

A CRITICA

EM DEZ ANOS 7
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO

Estudo de perdas do AM será exposto em Brasília 8
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO

AM se articula para atrair investimentos de Taiwan 9
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS

CAPA 10

DIÁRIO DO AMAZONAS

Claro & Escuro..... 11
OPINIÃO

DIÁRIO DO AMAZONAS

Em 5 anos, parte da indústria mais que dobrou rendimentos do trabalhador..... 12
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS

Governo federal libera R\$ 15 milhões para a rodovia BR-319..... 13
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS

Bancada do Amazonas discute hoje, em Brasília, emenda e coordenação 14
POLITICA

Frente & Perfil

Mobilização 2

Enquanto isso, a Zona Franca de Manaus (ZFM) pode sofrer uma punhalada mortal dentro de três meses, na questão da nova lei sobre o ICMS, e ninguém está fazendo nada. Será que ninguém vai liderar algum movimento em prol da ZFM? E olha, só para lembrar, o modelo é responsável pela nossa atual sobrevivência econômica. Só isso. Está passando da hora de uma grande mobilização em Manaus e Brasília. União das bancadas estadual, municipal e federal. Depois, não adianta reclamar.

Comércio exterior

Mercado interno argentino se beneficia de restrição a alguns itens brasileiros

As barreiras comerciais impostas pelo governo Cristina Kirchner inverteram as posições do Brasil e da Argentina no comércio exterior.

No mês passado, os argentinos registraram superavit comercial com o Brasil pela primeira vez desde junho de 2009, quando os vizinhos também impuseram barreiras às importações para proteger a indústria local.

Segundo dados oficiais, o Brasil teve déficit de US\$ 42 milhões no comércio com a Argentina em outubro, com forte queda das exportações.

Desde fevereiro, a Argentina adota um sistema de licenças não automáticas para as suas importações. Cada compra deve ser submetida governo local, que tem o poder de vetar as opera-

ções. A medida protecionista fez as exportações brasileiras para a Argentina caírem 20% de janeiro a outubro, enquanto as importações de produtos argentinos recuaram 5%.

O saldo brasileiro no ano ainda é positivo, mas, de quase US\$ 6 bilhões em 2011, está agora em US\$ 1,8 bilhão.

Os setores mais afetados pelo protecionismo argentino são a indústria automobilística, a de máquinas agrícolas e a de partes e peças para veículos automotores. Para José Augusto de Castro, presidente da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil), as barreiras argentinas são —ao lado da forte queda nos preços do minério de ferro— as principais responsáveis pela piora na balança comercial deste ano.

Até outubro, o superavit comercial é de US\$ 17,4 bilhões, queda de 32% ante o mesmo período de 2011.

Com uma participação de 7% no total, a Argentina é o terceiro maior cliente do país (atrás da China e dos EUA), lidera a compra de produtos industrializados e é o principal cliente de São Paulo, o maior Estado exportador. O mais preocupante é que há poucos países que podem substituir a Argentina no destino das exportações brasileiras. "Não tem outro mercado para os bens industrializados brasileiros", diz Castro.

"A indústria nacional vai ter de contar fundamentalmente com o mercado doméstico", diz o economista Fábio Silveira, da RC Consultores.

AM define defesa contra unificação

Por Juliana Geraldo

Foto: Walter Mendes

A defesa do Amazonas para a proposta do governo federal de simplificar o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) em 4% para todos os Estados brasileiros está praticamente concluída, garantiu o secretário executivo da Sefaz-AM (Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas), Afonso Lobo.

Desde o início de novembro, quando a unificação da alíquota foi proposta, o governo estadual e representantes ligados à indústria defendem um estudo de tratamento diferenciado para a Zona Franca de Manaus que respeite o regime de excepcionalidade do modelo sem prejudicar a arrecadação e a competitividade do Amazonas. De acordo com Afonso Lobo, o grupo de técnicos que realizou o estudo aguarda apenas um horário na agenda do governador do Amazonas, Omar Aziz (PSD), para apresentar os resultados obtidos.

"Após ser aprovada pelo governador, nossa expectativa é que até o final da próxima semana, a proposta seja levada ao governo federal", detalhou.

Ele não entrou em detalhes sobre os termos abordados no estudo. "Ainda precisamos levar ao governador e depois ao ministro da Fazenda, então não queremos divulgar nada precipitadamente".

De acordo com o secretário



Estado tem pouco tempo para negociar com o governo federal para garantir vantagens da ZFM

executivo, o Amazonas pode ficar tranquilo. "A presidente Dilma Rousseff já sinalizou que dará ao Estado um tratamento diferenciado, então estamos seguros que nossa proposta será ouvida".

Entretanto, o Estado tem pouco tempo para

negociar com o governo federal, uma vez que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou na última sexta-feira, 23, que pretende aprovar o projeto no Senado entre março e abril de 2013. "Ainda temos tempo, o prazo é suficiente para chegarmos a um acordo", amenizou

Afonso Lobo.

Contribuições

Enquanto a Sefaz-AM ficou responsável pelo cálculo das perdas de arrecadação, a Suframa buscou durante o período de elaboração, soluções para manter a competitividade do PIM.

De acordo com a assessoria da autarquia, a contribuição da superintendência foi subsidiar a Sefaz-AM com os dados necessários sobre alíquotas praticadas na concessão de incentivos fiscais.

O vice-presidente da Fieam

(Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Nelson Azevedo, informou que a entidade continua estudando soluções para contribuir com o governo estadual durante todo o processo de aprovação da proposta.

Dados

SÍNTESE

- ✓ A proposta do governo federal oferece aos governos a renegociação das dívidas dos Estados e a mudança de indexador, o que proporcionaria taxas menores aos cofres estaduais;
- ✓ Para ter acesso às vantagens, os Estados devem acatar a proposta de ICMS unificado de 4% cobrado na origem, e a redução da alíquota de ICMS sobre os serviços de telefonia e energia elétrica;
- ✓ Porém, de acordo com PPA (Plano Plurianual) do Amazonas, a previsão de arrecadação tributária estadual para 2013 é de R\$ 7,5 bilhões, sendo R\$ 7 bilhões apenas de recolhimento de ICMS com a alíquota atual de 12%; Com a proposta do governo federal, essa arrecadação diminuiria em média 1 ponto percentual ao ano;
- ✓ Dessa forma, o Estado pode perder quase 70% de sua arrecadação de ICMS em oito anos;
- ✓ O governo federal se mostrou disposto a negociar compensações para os Estados com maiores perdas de arrecadação;
- ✓ O governador do Amazonas Omar Aziz declarou no início do mês que a compensação financeira por meio da criação de um Fundo de Compensação Regional não satisfaz o Estado;
- ✓ O presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, afirmou, no início de novembro, que a maior preocupação não é a perda da arrecadação, mas sim a perda de competitividade e principalmente de geração de empregos para o Estado.

Dilma garante vantagens da ZFM

Por J Taketomi

Foto: Divulgação/Planalto

A reunião desta terça-feira (27), organizada pelo senador Eduardo Braga (PMDB) em Brasília, envolvendo um importante grupo de senadores com a ministra chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ideli Salvatti, e Guido Mantega, da Fazenda, será decisiva para definir a situação da Zona Franca de Manaus em relação à unificação do ICMS interestadual com alíquota em 4%.

Eduardo Braga se encontrou recentemente com a presidente Dilma Rousseff e se diz otimista acerca da reunião de hoje, acreditando que os ministros respeitarão pedido de Dilma em favor da ZFM. "A nossa boa notícia é que a presidenta Dilma acatou minhas ponderações e recomendou a Guido Mantega que desse à ZFM o tratamento diferenciado a que ela tem direito na questão do ICMS, de acordo com legislação federal", expressa Braga.

Conforme Braga, a equipe econômica do governo federal, liderada por Mantega, foi orientada por Dilma a preservar as vantagens da ZFM na legislação que disciplinará a



Presidente Dilma Rousseff e o senador Eduardo Braga, líder do governo no Senado

nova política tributária do país. "Ela nos garantiu pessoalmente que nada de mal acontecerá à ZFM e tampouco contra os 120 empregos diretos do PIM", destaca.

Da reunião, prevista para as 10 horas da manhã desta terça, participarão, além de Braga, os senadores Renan Ca-

lheiros (PMDB-AL), Walter Pinheiro (PT-BA), Gim Argello (PTB-DF), Alfredo Nascimento (PR-AM), Francisco Dornelles (PP-TJ), Delcídio Amaral (PT-MT), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, e José Pimentel (PT-CE), líder do governo no Congresso Nacional.

Prejuízos

Para Eduardo Braga, a unificação do ICMS, por um lado, põe fim à guerra fiscal entre os estados brasileiros e, por outro, pode prejudicar a ZFM, um modelo de exceção que remonta o período da Ditadura Militar e possui vantagens comparativas asseguradas por

lei federal. "Essa é uma verdade, mas estamos otimistas. Como todos sabem, acabamos de vencer uma grande batalha no Supremo Tribunal Federal com a Adin impetrada pelo governador Omar Aziz é pela qual nos empenhamos muito. Graças a Deus, o STF concedeu uma liminar salvaguardando direitos e vantagens da ZFM em relação à produção de tablets".

Essa vitória, detalha o senador, foi um sinal de que os direitos da ZFM são reconhecidos pela Suprema Corte do país, o que anima o Amazonas a enfrentar a guerra fiscal do ICMS com São Paulo. "É claro que essa guerra nos prejudica, a diferença entre a alíquota interestadual do Amazonas para o resto do Brasil é fundamental para os benefícios fiscais à ZFM. Hoje, quando mandamos um produto para São Paulo, a nossa alíquota é de 12%. Ora, é justamente sobre esses 12% que nós concedemos os benefícios fiscais da ZFM. Alguns produtos têm 100% de isenção e outros 50%, outros têm 30% e outros 40%. Na verdade, entre zero e 12% é que nós exercemos os benefícios fiscais à ZFM. Se tivermos o ICMS unificado e

padronizado em 4% e não estabelecermos nenhuma política que nos diferencie do resto do país, os incentivos fiscais da ZFM estarão em parte prejudicados e os empregos do PIM correrão perigo".

Com a alíquota do ICMS em 4%, a guerra fiscal entre os estados será freada, mas o Amazonas sofrerá perdas irreparáveis, assinala Braga, dizendo que por isso a presidente Dilma recomendou a sua equipe econômica que o Estado e a ZFM devem ter tratamento especial. "Isso é fato, sob pena de a Zona Franca quebrar e suas empresas irem embora para São Paulo imediatamente", alerta.

O senador observa que as vantagens comparativas do modelo também beneficiam o interior do Estado. "As fábricas de borracha vendem para as fábricas de pneus, e as vantagens da ZFM também vão beneficiar a juta e malva. Mas, se vantagens do ICMS forem perdidas, o interior fatalmente será atingido. A indústria de bebidas será duramente prejudicada, inclusive a indústria de guaraná, e vejamos que o Amazonas é o maior produtor de guaraná do país, à frente do Estado da Bahia", reforça Braga.

sim & não

AM e SP em nova frente de batalha

Inimigos na guerra fiscal por atração de investidores, o AM está em mais uma disputa com o Estado de SP. A briga é pela multinacional japonesa Daikin, uma das maiores fabricantes de ar condicionado do mundo, que pretende investir até 2015 R\$ 200 milhões para instalar sua primeira planta na América Latina. Segundo o jornal Valor Econômico, até o ano passado, a empresa estava disposta a se instalar em Mogi das Cruzes (SP), mas, agora, incluiu Manaus em seus planos.

IPI A mudança nos planos da Daikin não se dá por acaso. Este ano, Manaus se transformou na meca para o setor, depois que o Governo Federal, para acabar com a importação do produto, editou medida que prevê que quem produzir ar condicionado fora do Polo Industrial de Manaus pagará mais IPI.

Flerte A multinacional japonesa vem flertando com o Amazonas desde 2007, quando o empresário Shigo Okada, diretor de operações globais da Daikin, esteve em Manaus, em evento da Moto Honda, e manifestou o interesse da indústria em se instalar no PIM.

Costuras Os deputados Sabino Castelo Branco (PTB), Silas Câmara (PSD) e Rebecca Garcia (PP) estão se articulando

Comércio Bilateral

Parcerias entre Taiwan e Amazonas

Uma comitiva do Governo do Amazonas e de empresários locais deve viajar a Taiwan, em 2013, para uma sondagem de negócios e parcerias bilaterais com o país asiático. Além de colaborações na educação superior, por meio da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o interesse é em explorar o potencial de sementes com aplicação medicinal e investimentos na indústria de informática e de alta tecnologia do Polo Industrial de Manaus.

Os primeiros acertos sobre a viagem ocorreram ontem, durante a visita do embaixador taiwanês no Brasil, Jorge Guang-pu Shyu, a Manaus. O vice-governador do Amazonas, José Melo, recebeu o embaixador e um grupo de empresários taiwaneses na sede do Governo do Estado, no bairro da Compensa I, Zona Oeste, e apresentou diversas possibilidades de investimento no Estado.

Segundo Melo, o Governo do Amazonas vai trabalhar para atrair o empresariado também para o polo naval e farmacopeia. "Taiwan é um país que tem uma das tecnologias mais avançadas na construção de portos", enfatizou o vice-governador.

EM DEZ ANOS

Brasil reduz trabalho informal de 55% para 45%

RIO (AG) - O mercado de trabalho brasileiro registrou uma forte redução da informalidade nos últimos anos. Os trabalhadores informais (por conta própria e sem carteira assinada, por exemplo) respondiam por 55,3% da população ocupada em 2003, taxa que caiu para 45,4% em 2011. Os dados foram apresentados ontem pelo diretor-adjunto da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Carlos Henrique Corseuil, no seminário "A formalização recente do mercado de trabalho brasileiro", na sede do instituto, no Rio.

No entanto, a formalização no mercado de trabalho não foi acompanhada pelo aumento da produtividade, segundo o secretário de Ações Estratégicas, Ricardo Paes de Barros, da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), que estuda há cerca de um ano usar o abono salarial para estimular o trabalho e reduzir a rotatividade.

A proposta da Secretaria que prevê mudanças no abono salarial deve estar concluída até o fim do ano. O objetivo é fornecer um cupom de qualificação com valor de R\$ 400, o que daria para custear 40 horas de treinamento, agindo direto na produtividade. O custo dessa política: R\$ 32 bilhões, atingindo 30 milhões de pessoas, sendo estendida a todos os trabalhadores assim que entram no primeiro emprego.

Estudo de perdas do AM será exposto em Brasília

ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

Após quase 20 dias de elaboração, os estudos que detalham os prejuízos do Amazonas com a alíquota única de 4% do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) recebem os ajustes finais entre hoje e amanhã. Na próxima quinta-feira, os dados consolidados serão apresentados aos secretários de Fazenda de todo o país, em reunião realizada em Brasília.

"Os estudos estão na fase de refinamento das informações para fazermos as análises finais. Estamos perto de concluir os trabalhos", informou o secretário-executivo da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Afonso Lobo, ao ressaltar que as informações serão dadas em primeira mão aos secretários.

Segundo Lobo, depois da reunião de secretários em Brasília, na primeira semana de dezembro, haverá um encontro reservado entre a delegação do governo do Amazonas com representantes do Ministério da Fazenda, onde será exposta a necessidade de manter as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus (ZFM).

O governo vai bater na tecla de que a medida vai acarretar perdas para a competitividade das empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) e para a arrecadação dos cofres públicos estaduais.

Conforme o governador Omar Aziz, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, se comprometeu em levar em conta as peculiaridades do Amazonas em razão dos incentivos fiscais assegurados constitucionalmente à ZFM.

De acordo com Aziz, com a alíquota única de 4%, o Amazonas perderia 75% do ICMS arrecadado, que é da ordem de R\$ 6 bilhões ao ano. Para o líder amazonense, a perda seria devastadora e mortal para a economia amazonense, o que causaria uma "quebradeira" geral tanto na capital, quanto nos municípios do interior.

Pela proposta do governo federal, a unificação do ICMS não ocorreria de forma brusca, mas sim em um período de oito anos. Para evitar grandes perdas nos orçamentos estaduais, o governo propôs a criação de dois fundos monetários. Um deles seria para compensar receitas e contaria com um valor aproximado de R\$ 8 bilhões. O outro seria o Fundo de Desenvolvimento Regional, que começaria com aporte inicial de R\$ 4 bilhões e atingiria R\$ 172 bilhões até 2028.

Definição só em 2013

Na avaliação do titular da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Isper Abrahim, a definição sobre a alíquota única de 4% será sacramentada somente em 2013. Segundo ele, o governo federal fez uma proposta para que os Estados fechassem um acordo sobre o assunto até o primeiro semestre do próximo ano.

"Não haverá definição em 2012. A mudança de regra não é algo fácil. É preciso haver consenso e ainda há muito para conversar sobre esse assunto entre os Estados", enfatizou o titular da Sefaz.

O secretário-executivo da Sefaz, Afonso Lobo, frisou que um provável acordo entre as unidades da Federação poderá ser elaborado no final de 2013.

AM se articula para atrair investimentos de Taiwan

**ANWAR ASSI E
ASSESSORIAS**
Equipe EM TEMPO

A pós prospectar negócios na China e Coreia do Sul, no início deste mês, o Amazonas quer atrair agora investimentos e tecnologia de Taiwan, país do sudeste da Ásia. O governo do Estado pretende levar uma comitiva de empresários locais, no primeiro semestre de 2013, para sondar oportunidades de negócios e a possibilidade de fechar parcerias bilaterais com o "tigre asiático".

O estreitamento dos laços comerciais com os taiwaneses foi debatido, ontem, durante a visita que o embaixador de Taiwan no Brasil, Jorge Guang-pu Shyu, fez ao vice-governador, José Melo, na sede do governo, no bairro Compensa I. Ele estava acompanhado de um grupo de empresários, que vieram a Manaus para conhecer as possibilidades de investimento no Amazonas.

Durante a reunião, foi discutido o interesse em estreitar os laços em áreas como educação superior, na exploração do potencial de semen-

tes com aplicação medicinal e na indústria de informática e de alta tecnologia do Polo Industrial de Manaus (PIM). Porém, um dos principais interesses do Amazonas é atrair investimentos taiwaneses para o novo polo naval, que terá portos e estaleiros de porte internacional.

Tecnologia avançada

Segundo José Melo, Taiwan é um país que possui uma das tecnologias mais avançadas na construção de portos. "Essa parceria deve nos dar oportunidade de, no futuro, termos, talvez em Itacoatiara, um grande porto associado a uma ferrovia", destacou o vice-governador.

Por sua vez, o embaixador Jorge Guan-pu Shyu ressaltou que, apesar do pouco conhecimento sobre as vantagens oferecidas no Estado, os empresários de seu país possuem interesse em estreitar os negócios com o Amazonas. "Exportamos produtos de alta tecnologia e há aqui uma zona processadora para exportação. Oferecem incentivo, como estimulante, o que é muito bom. Além do que, o Estado é muito rico em recursos naturais", destacou o diplomata.



Vice-governador José Melo se reuniu ontem com o embaixador de Taiwan no Brasil e um grupo de empresários daquele país

Empresários conhecem modelo Zona Franca

Com a intenção de obter mais informações sobre o modelo econômico praticado no Amazonas, o embaixador de Taiwan, também visitou, ontem, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O

diplomata e sua comitiva foram recebidos pelo superintendente em exercício da autarquia, Gustavo Igrejas. Na reunião, Igrejas destacou a importância estratégica para o PIM em atrair fabricantes de placas de

circuito impresso sem componentes e a produção local de telas de alta tecnologia (LCD, LED e OLED), áreas que são dominadas por empresas taiwanesas. O embaixador Jorge Guang-pu Shyu disse ser

grande o interesse dos empresários de Taiwan em conhecer as oportunidades do Estado. O diplomata também prometeu se empenhar na atração das empresas nas áreas mencionadas pelo superintendente.

CAPA

Rendimentos de setores do PIM mais que dobraram em cinco anos

- ▼ Demanda de determinados produtos elevou ganho de trabalhadores das fábricas, com reajustes médios que chegaram a 35% por ano. **ECONOMIA PÁG 10**

Claro & Escuro

Amazonas debate, amanhã, a unificação do ICMS, em Brasília

A Sefaz já concluiu, mas ainda não divulgará, o estudo de avaliação de impacto que a unificação nacional do ICMS em 4% irá causar na arrecadação do Amazonas assim como as implicações na competitividade das empresas e perdas sociais. Amanhã, o titular da pasta, Isper Abraham, e o secretário-executivo Afonso Lobo vão a Brasília reunir com os secretários de outros Estados para debater o assunto. Eles levarão a proposta do Estado, de que o Amazonas tenha um ICMS diferenciado por conta da Zona Franca de Manaus. O governador Omar Aziz (PSD) já declarou que o ICMS único ocasionará no fechamento de várias empresas e o desemprego de milhares de trabalhadores. Na semana que vem, a batalha continua, também na capital federal, quando ocorre a reunião do Confaz. O assunto deve dominar a reunião. O ICMS de 4% não acarretará perdas apenas para o Amazonas. Vários outros Estados, inclusive São Paulo, devem sair perdendo.

Em 5 anos, parte da indústria mais que dobrou rendimentos do trabalhador

FOTO Arlesson Sicsú

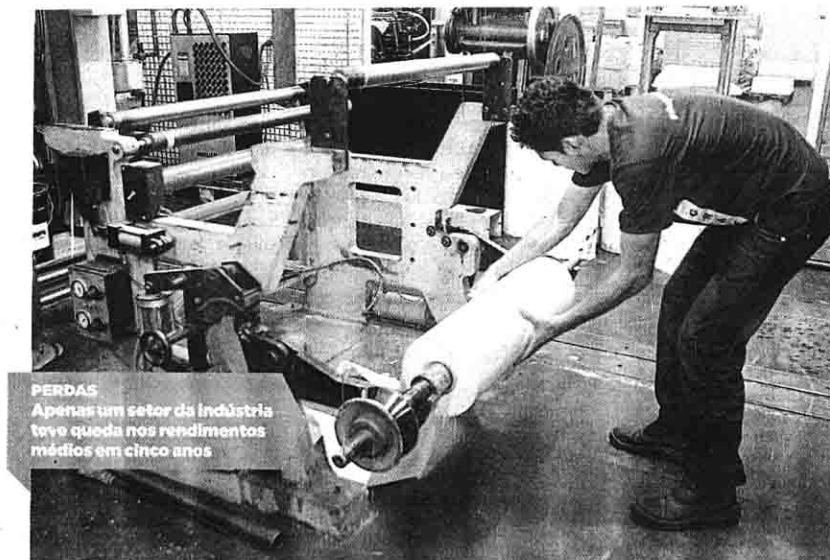
MANAUS

Em cinco anos, os rendimentos dos trabalhadores de parte da indústria instalada em Manaus mais que dobraram. Neste período, o maior aumento foi dado aos trabalhadores das editoras e gráficas, com uma variação de 176%, uma média de 35% ao ano, seguido dos empregados das fabricantes de materiais de limpeza e velas, com alta de 137%. No geral, a média dos 22 subsetores cresceu 37% no período, passando de R\$ 2.551,82 para R\$ 3.512,73.

Os dados são da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). De acordo com a entidade, as editoras e gráficas da capital amazonense empregam 842 funcionários. Para eles, o rendimento médio, que inclui salários, encargos e benefícios, é de R\$ 4.925,30, número que era R\$ 1.782,96, em 2007.

O presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Amazonas (Sindusgrafam), Roberto Caminha Filho, afirmou que, historicamente, o setor tem reajustado os salários dos empregados em um ponto percentual acima do índice da inflação.

Até 2010, os gastos com sa-



PERDAS
Apenas um setor da indústria teve queda nos rendimentos médios em cinco anos

Sindicato das **Indústrias gráficas** destaca o fato de, historicamente, o setor reajustar o salário dos trabalhadores acima do índice da inflação

lários, encargos e benefícios da mão de obra das editoras e gráficas não ultrapassavam R\$ 1,6 milhão. Foi somente no ano passado que os pagamentos aos funcionários atingiram R\$ 2 milhões, saltando para R\$ 4,1 milhões em setembro deste ano. "Em dezembro nos reuniremos de novo para tratar do aumento para o ano que vem", disse Roberto Caminha Filho.

O rendimento médio dos trabalhadores do subsetor de

material de limpeza e velas passou de R\$ 1.057,14, em 2007, para R\$ 2.506,67 este ano. Considerando apenas os salários, o aumento foi de 176,4%, ao sair dos R\$ 525,71, há cinco anos, para R\$ 1.453,33.

No setor naval, a evolução dos rendimentos foi de 117,3% e levando os ganhos dos trabalhadores para a média de R\$ 3.591,25, valor que há cinco anos era de R\$ 1.652,72.

Salário médio

Considerando apenas os salários, os funcionários da indústria de produtos de limpeza conseguiram deixar a média salarial de R\$ 525,71, em 2007, para R\$ 1.453,33, representando um aumento de 176,4%. No subsetor de produtos alimentícios, em cinco anos, o aumento salarial foi de 57,3%, fazendo a média salarial chegar a R\$ 1.350,23. "Cada vez mais precisamos de profissionais capaci-

OS NUMEROS

4.664,70

é o rendimento atual, médio, dos trabalhadores do subsetor de Duas Rodas. Em relação a 2007, quando os ganhos eram de R\$ 3.588,81, houve alta de 29%.

89,9

por cento foi quanto subiram os rendimentos dos funcionários do subsetor de bebidas, passando de R\$ 1.733,13, em 2007, para R\$ 3.292,09 este ano.

5.484,05

é o rendimento atual, médio, dos trabalhadores do subsetor químico. Em relação a 2007, quando os ganhos eram de R\$ 5.213,52, houve alta de 5,1%.

tados e, para contrata-los, é preciso aumentar os salários", disse o presidente do Sindicato da Indústria de Alimentação e Bebidas de Manaus (Siamam), Carlos Rosas.

Entre os 22 subsetores da indústria, apenas o de isqueiros, canetas e barbeadores apresentou queda nos rendimentos médios. Enquanto em 2007, os ganhos eram de R\$ 4.951,28, este ano estão em R\$ 4.539,89 - queda de 8,3%.

Governo federal libera R\$ 15 milhões para a rodovia BR-319

TEXTO Mário Bentes

FOTO Nathalie Brasil

BRASÍLIA

Dos cerca de R\$ 1 bilhão liberado em regime de crédito complementar pelo governo federal ao Ministério dos Transportes para a realização de obras em rodovias em todo o País, a BR-319, que liga Manaus a Porto Velho (RO), vai ficar com R\$ 15 milhões. A liberação dos recursos, ainda referente ao Orçamento deste ano, foi autorizada por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU). A liberação da verba, no caso da BR-319, é específica para a construção do Contorno Rodoviário Norte, trecho de 28 quilômetros, localizado em Porto Velho.

A liberação da verba é a primeira ação concreta do governo federal a respeito da rodovia desde a saída do senador Alfredo Nascimento (PR) do Ministério dos Transportes, em julho do ano passado, após denúncias de superfaturamento de obras. Mesmo enquanto esteve no cargo, Alfredo pouco conseguiu fazer de concreto pela rodovia. Desde

que saiu, no entanto, Alfredo – cujo partido, ressentido pela falta de apoio da presidente Dilma Rousseff durante a crise, passou a adotar ‘neutralidade no governo – vinha criticando o Planalto pela falta de ações com a BR-319.

No dia 29 de agosto, em pronunciamento feito na tribuna do Senado, o ex-ministro chegou a cogitar acionar o Ministério Público caso o ‘governo federal não desse prosseguimento às obras. Na época, Alfredo afirmou que uma ação do tipo seria feita em 2013, em uma tentativa de ‘esgotar’ diálogos ainda este ano. No dia 11 de junho, também em pronunciamento na tribuna do parlamento, o se-

nador disse que um dos problemas da rodovia estava no Ministério do Meio Ambiente, que, de acordo com o ex-ministro, “empurra com a barriga” o licenciamento da rodovia.

“Por que, passados quase dez anos de gestão, a BR-319 não sai do papel? Eu conheço esse projeto como a palma de minha mão e liderei o esforço para torná-lo viável durante anos. As extremidades já foram restauradas e falta apenas o trecho do meio. São 400 quilômetros de uma rodovia que foi implantada na década de 70, pelos militares. não será necessário derrubar uma árvore sequer para recuperá-lo”, disse Alfredo, na época do pronunciamento.

Uma das últimas ações de Alfredo Nascimento ainda como ministro dos Transportes foi em maio de 2009, quando da assinatura de convênio de cooperação entre o governo federal e o Governo do Amazonas para as demarcações e sinalizações necessárias à implantação das primeiras nove unidades de conservação na BR-319. O valor do convênio, na época, foi de cerca de R\$ 11 milhões.

ORÇAMENTO

R\$ 1

bilhão foi liberado pelo governo federal ao Ministério dos Transportes, em regime de crédito complementar, para a realização de obras em rodovias em todo o País.

Bancada do Amazonas discute hoje, em Brasília, emenda e coordenação

TEXTO Mário Bentes
FOTO Tiago Correa/23/11/12

BRASÍLIA

A primeira reunião oficial da bancada parlamentar do Amazonas em Brasília, marcada para hoje, vai servir tanto para um entendimento entre deputados federais e senadores a respeito das emendas conjuntas ao Orçamento de 2013 quanto para definir um possível novo líder do grupo, comandado atualmente pelo senador Eduardo Braga (PMDB). Embora líder da bancada, o senador, que também é líder do governo no Senado e presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCJ), não realizou uma única reunião da base este ano, o que irritou alguns deputados.

Entre os nomes cotados para coordenar a bancada está o da deputada Rebecca Garcia (PP), que é subcoordenadora. O nome da parlamentar seria o mais natural para assumir a liderança. Porém, ainda há indefinições a este respeito uma vez que a deputada ainda pode vir a assumir cargo no governo do Estado, a convite do governador Omar Aziz (PSD). Pauderney Avelino (DEM), que também é cotado para compor o



EXECUÇÃO
A liberação de emendas do Orçamento da União depende de articulação política

A deputada federal **Rebecca Garcia** é um dos nomes mais fortes para assumir o posto de Eduardo Braga na coordenação da bancada

quadro de secretários de Omar, ainda pode assumir a liderança do partido na Câmara – o que, apesar de não impedi-lo de liderar a bancada, acabaria sendo uma repetição do caso Braga, com mais de uma liderança.

Outros nomes, como o dos deputados Francisco Praciano (PT), Henrique Oliveira (PR) e Sabino Castelo Branco (PTB), já foram levantados. O parla-

mentar do PT, um dos maiores críticos da falta de reuniões ao longo do ano, chegou a cobrar mais “proatividade” da bancada, pouco antes do recesso, em julho. Antes do recesso, Henrique Oliveira chegou a alfinetar Braga ao afirmar, em entrevista, que era necessário uma manifestação do senador sobre a liderança, sob risco de passar a imagem de “desdém” do cargo.

Pauderney chegou a dizer que a bancada deveria se reunir ao menos uma vez por mês – o que jamais aconteceu.

Emendas

A primeira reunião da bancada acontece apenas há dois dias da data limite da apresentação das emendas de bancada, o que dá à reunião caráter emergencial. Os parlamentares

FRASE



Henrique Oliveira.
Deputado federal
(PR-AM)

Vou destinar minhas emendas a esses dois ministérios (Saúde e Defesa), mas sem indicar que municípios serão contemplados”

Sobre as emendas individuais que o parlamentar pretende apresentar ao Orçamento da União de 2013.

terão pouco tempo para discutir que áreas cada um vai direcionar as emendas, uma vez que terça-feira é um dos dias mais agitados no Congresso Nacional. Até o meio da tarde de ontem, o local e horário da reunião ainda não estavam definidos. A única atividade confirmada de Braga, hoje, é a reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre ICMS.